



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE CARATINGA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JONATAS RODRIGUES DE FREITAS**



Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986

Data da instalação: 11-11-1986

Data de implantação do PJe: 24-9-2015

Jurisdição: Caratinga, Bom Jesus do Galho, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Entre Folhas, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água, Raul Soares, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São João do Oriente, São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Anta, Sobralia, Tarumirim, Ubaporanga, Vargem Alegre e Vermelho Novo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-3-2021, p. 2.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 11-2-2020

Às 13 horas do dia dezesseis de março de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na Vara do Trabalho de Caratinga, situada na Praça Felipe Moreira Caldas, 21, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Jonatas Rodrigues de Freitas**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Geovani Soares de Almeida; os servidores Alberto Pereira de Araújo Filho, Adauto Rodrigues Coelho, Amanda Arregui Silva Moreira, Luciano Marciano Pinto, Marcia Eli de Freitas, Matheus Croce Quina, Neuber Teixeira dos Reis Júnior, Ricardo Meneguette, Renata Capella Araújo Carvalho e Sebastião Marcos Coelho.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 87 processos, distribuídos neste ano até o dia 8-3-2021, apurando-se a média de 2,1 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 12 cartas precatórias, dentre elas 9 executórias, até o dia 8-3-2021, das quais 9 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 197 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 26 processos foram remetidos neste ano até o dia 8-3-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 2 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 4 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 87 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 12 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 1 processo sobrestado.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Processo examinado na correição:

0010813/19: – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados



extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Caratinga - 01a Vara					
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		12,32	10,45	9,86	10,95	17,32

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	41
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	23
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	2

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrerestados.	4
---	---

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST



1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2019	1	2
2020	8	1
2021 – ano de referência	57	
TOTAL	66	0,15

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

Processo	Classe	Tarefa
0010813-60.2019.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010557-83.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010596-80.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Prazos Vencidos
0010631-40.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010641-84.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010678-14.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010691-13.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010696-35.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010711-04.2020.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010002-32.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010019-68.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência



	Ordinário	
0010020-53.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010021-38.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010023-08.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010026-60.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010031-82.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010033-52.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010035-22.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010036-07.2021.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010039-59.2021.5.03.0051	Consignação em Pagamento	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	111

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	50

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0



	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	504
--	--	-----

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	2

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Caratinga - 01a Vara					
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)		54,71	55,63	50,88	64,53	64,72



Existem 516 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 307 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 209 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 08/03/2021

No ano anterior, até dia 08/03/2020 havia 553 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 271 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 280 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

Processo	Classe	Tarefa
0010008-15.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010140-09.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010020-63.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010215-48.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010242-94.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010211-11.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Prazos Vencidos
0010357-18.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010038-84.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando término dos prazos
0010442-04.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010516-58.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações



0010718-35.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010840-48.2016.5.03.0051	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
0010275-50.2017.5.03.0051	Execução Fiscal	Aguardando prazo
0010963-46.2016.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010151-67.2017.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000395-39.2014.5.03.0051	Execução Fiscal	Elaborar despacho
0001162-14.2013.5.03.0051	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0000531-02.2015.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0000612-82.2014.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de providências
0000883-96.2011.5.03.0051	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados extraídos do sistema e-Gestão (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	33	27
02-FEVEREIRO	18	63
03-MARÇO	29	38
04-ABRIL	2	
05-MAIO	21	
06-JUNHO	36	
07-JULHO	32	
08-AGOSTO	35	
09-SETEMBRO	11	
10-OUTUBRO	28	
11-NOVEMBRO	25	
12-DEZEMBRO	9	
Totais	279	128



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
															1
JONATAS RODRIGUES DE FREITAS	33	18	29	2	21	36	6	35	11	13	25	9	27	62	38
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO							26								
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO											15				
Totais	33	18	29	2	21	36	32	35	11	28	25	9	27	63	38

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	6	17
02-FEVEREIRO	21	10
03-MARÇO	21	6
04-ABRIL	7	
05-MAIO	13	
06-JUNHO	11	
07-JULHO	39	
08-AGOSTO	12	
09-SETEMBRO	24	
10-OUTUBRO	11	
11-NOVEMBRO	23	
12-DEZEMBRO	13	
Totais	201	33



1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 8-3-2021, existem 7 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	3
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	4
Tutelas Provisórias Pendentes	0
Total	7

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 16-3-2021 havia 9 processos:

- a) procedimento ordinário:** 5 processos;
- b) instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010067/21, 0010081/21, 0010073/21, 0010074/21, 0010075/21, 0010065/21, 0010051/21, 0010019/21 e 0010020/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 10-3-2021, 25 processos físicos no total, não migráveis.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010697/20, 0010166/19, 0010664/20, 0010264/20, 0010656/20, 0010658/20, 0010657/20, 0010636/20, 0010635/20, 0010593/20, 0010813/19, 0010592/20, 0010587/20, 0010605/20, 0010614/20, 0010457/20, 0010633/20, 0010598/20, 0010553/20, 0010434/20, 0010572/20, 0010172/20, 0010620/20, 0010624/20, 0010078/20,



0010079/20, 0010676/20, 0010622/20, 0010626/20, 0010555/20, 0010502/20, 0010429/20, 0010416/20, 0010322/20, 0010597/20, 0010552/20, 0010383/20, 0010443/19, 0010526/19, 0010305/20, 0010165/20, 0010178/20, 0010321/20, 0010219/20, 0010372/20, 0010161/20, 0010139/20, 0010409/19, 0010732/19, 0010598/19, 0010741/19, 0010268/20, 0010610/20, 0010594/20, 0010328/20, 0010384/20, 0010338/20, 0010625/20, 0010462/20, 0010113/20, 0010454/20, 0010431/18, 0010930/19, 0010456/19, 0010884/19, 0011035/19, 0010011/20, 0010400/20, 0010079/20, 0010014/20, 0010465/20, 0010416/18, 0010273/20 e 0010642/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010131-42.2018.5.03.0051	Aguardando prazo
0010283-56.2019.5.03.0051	Aguardando prazo
0010352-93.2016.5.03.0051	Aguardando apreciação pela instância superior
0010430-82.2019.5.03.0051	Cumprimento de Providências
0010840-48.2016.5.03.0051	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletiva em tramitação.

Processo	Tarefa
0010337-85.2020.5.03.0051	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	20	23	39
Instrução processo eletrônico	32	51	77

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	10	10	6-4-21- 11 dias
Procedimento Ordinário	10	10	6-4-21- 11 dias
Instrução	63	35	20-4-21 - 22 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 8-3-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	103	78

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	32	77

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado	0	0



(item 275)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	120	1.804
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	4	83

No ano 2020, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	53	0,226
Julgados procedentes em parte	173	0,736
Julgados Improcedentes	28	0,119
Extintos com resolução de mérito	3	0,013
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	257	1,094
Extintos sem resolução de mérito	31	0,132
Arquivamento	16	0,068
Desistência	51	0,217
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	98	0,417
Decisões de conhecimento	355	1,511
Decisões decorrentes da oposição de embargos	51	0,217



de declaração		
Decisões na fase de execução	22	0,094
Total	428	1,821

No ano atual, apurou-se que, até o dia 08/03/2021, com 40 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	5	0,125
Julgados procedentes em parte	26	0,65
Julgados improcedentes	8	0,2
Extintos com resolução de mérito	1	0,025
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	40	1
Extintos sem resolução de mérito	6	0,15
Arquivamento	1	0,025
Desistência	4	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	11	0,275
Decisões de conhecimento	51	1,275
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	9	0,225
Decisões na fase de execução	4	0,1
Total	64	1,6

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em fevereiro de 2021, com 17 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	24	1,412
*Encerramento de instrução	6	0,353



Inicial / Inicial (rito summaríssimo)	70	4,118
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito summaríssimo)	32	1,882
Una / Una (rito summaríssimo)	0	0
Total	126	7,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de fevereiro 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 35 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de março 2021 apurado até dia 8-3:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	7	11			1	
02-FEVEREIRO	25	35			3	1
03-MARÇO	21	8	2	3		
04-ABRIL	3		2			
05-MAIO	30		3			1
06-JUNHO	31					
07-JULHO	33		2			
08-AGOSTO	15		2			
09-SETEMBRO	18		1			
10-OUTUBRO	31		3			1
11-NOVEMBRO	25		4			
12-DEZEMBRO	16		1			
Totais	255	54	20	7	3	1



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
JONATAS RODRIGUES DE FREITAS	7	26	23	5	34	31	26	17	19	13	29	17	13	38	11
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO								9							
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO											22				
Totais	7	26	23	5	34	31	35	17	19	35	29	17	13	38	11

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	31	33
02-FEVEREIRO	97	126
03-MARÇO	47	32
04-ABRIL	14	
05-MAIO	36	
06-JUNHO	57	
07-JULHO	78	
08-AGOSTO	78	
09-SETEMBRO	106	
10-OUTUBRO	101	
11-NOVEMBRO	86	
12-DEZEMBRO	78	
Totais	809	191

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
JONATAS RODRIGUES DE FREITAS	31	97	47	14	36	57	33	78	106	40	86	78	33	125	32
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO								45							1
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO											61				
Totais	31	97	47	14	36	57	78	78	106	101	86	78	33	126	32



Foram realizadas 62 audiências de 1º-3-2021 até o dia 11-3-2021 e designadas 59 de 15-3-2021 até do dia 31-3-2021. Em abril estão designadas 12 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	31	20
02-FEVEREIRO	74	66
03-MARÇO	42	18
04-ABRIL	9	
05-MAIO	44	
06-JUNHO	90	
07-JULHO	55	
08-AGOSTO	55	
09-SETEMBRO	50	
10-OUTUBRO	54	
11-NOVEMBRO	59	
12-DEZEMBRO	44	
Totais	607	104

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
JONATAS RODRIGUES DE FREITAS	27	71	42	9	44	90	38	46	47	28	49	42	20	66	18
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO							17	9	3		1	1			
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO										26	9	1			
WALACE HELENO MIRANDA DE ALVARENGA	4	3													
Totais	31	74	42	9	44	90	55	55	50	54	59	44	20	66	18



Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	257	240
02-FEVEREIRO	449	374
03-MARÇO	443	139
04-ABRIL	292	
05-MAIO	527	
06-JUNHO	572	
07-JULHO	479	
08-AGOSTO	407	
09-SETEMBRO	435	
10-OUTUBRO	496	
11-NOVEMBRO	426	
12-DEZEMBRO	322	
Totais	5105	753

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 15/30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.



5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 8-3
Processos recebidos	778	612	87
Média por dia útil	3,4	2,6	2,1
Processos remanescentes do ano anterior	35	66	67
Sentenças anuladas	2	1	0
Total de processos para solução	815	679	154
Processos solucionados	758	607	104
Processos conciliados	367	252	53
Produção	93,01%	89,40%	67,53%

Analizando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 21,34% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 3,61%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.



MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	53
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	104

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	104
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	87

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	31
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	124

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	111
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	93



2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	504
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	111

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	93
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	111
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	111
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	504
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes	11



	exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Caratinga - 01a Vara		
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/20 19 a 31/03/20 20	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,06	0,12	0,10
	I02 - Pendentes	678	729	744
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	33,96	35,52	42,22
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	59,44	56,67	57,19
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	327,56	424,95	489,78
	I07 - Taxa de conciliação (%)	48,28	44,57	45,86
	I08 - Taxa de solução (%)	97,17	98,51	98,99
	I13 - Taxa de execução (%)	120,22	117,36	117,79
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	10,87	12,20	15,48
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	64,53	64,26	64,91
				64,72



	I11 - Produtividade por servidor	95,18	98,55	90,45	84,00
	I12 - Pendentes por servidor	56,82	60,00	63,09	63,09
Meso	Acervo	0,09	0,10	0,11	0,11
	Celeridade	0,08	0,09	0,10	0,11
	Produtividade	0,59	0,62	0,57	0,54
	Congestionamento processual	0,43	0,41	0,39	0,37
	Força de trabalho	0,53	0,52	0,54	0,49
Macro	IGEST	0,3448	0,3489	0,3399	0,3244
	Posição IGEST	26	24	26	21
	Movimentação processual	0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

Consultada a tabela do IGEST, disponível no e-Gestão, apurou-se, até que o índice seja retificado pelo TST, conforme demanda desta Corregedoria, que no período de referência, ano 2020, no mesoindicador por colocação, esta unidade está na 21ª posição.

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$1.066.439,98	R\$149.580,8	R\$10.407.336,43

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 2/2020, sobre a suspensão dos prazos da PGFN nos processos em tramitação na Vara do Trabalho de Caratinga, em virtude da mudança de endereço da sede.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.



Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,73% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 74,07% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 62,32%.

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Em 2020 a Meta era identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,38% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 118,08% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 90,68%.



Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 73,39%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 68,06% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,97%.

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 52 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

No ano 2021, até o dia 31-1-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 53 dias, sendo de 173 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional não possui processo migrável.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013,



do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) examinados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;



- 4) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente e da **Meta 5 CNJ – 2021**: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;
- 5) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta.
- 6) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 7) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades *siga-me* ou WhatsApp Business;
- 8) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 9) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 10) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados,



nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

11) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

12) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ, que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

13) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.



Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia dezesseis de março de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 28, publicado no DJe 8-3-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.03.30 18:52:09 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.03.16 17:23:44 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria